

# Termo de Referência 13/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2024	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	JAIME DONIZETE BONAMICHI	09/04/2024 09:42 (v 1.1)
Status	PUBLICADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	90143/2024	23343.000982.2024-30

## 1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de duas unidades da solução de firewall NETGATE 1541 BASE PFSENSE+ SECURITY GATEWAY constituída de hardware (appliance) e licença de software enterprise ou outra solução de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade, desde que homologado para pfSense.

Item	Especificação	CATMAT	Métrica	Quant.	R\$ unitário	R\$ total
01	Conforme item 05	481646	Unidade	02	R\$ 42.314,93	R\$ 84.629,86

- 1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3 Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que se enquadram na definição do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133 / 2021.
- 1.4 O Contrato será substituído pela Nota de Empenho, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
- 1.4.1 Todas as menções ao termo CONTRATO neste documento deve-se entender NOTA DE EMPENHO.

## 2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Aquisição de duas unidades da solução de firewall NETGATE 1541 BASE PFSENSE+ SECURITY GATEWAY constituída de hardware (appliance) e licença de software enterprise.

## 3 -FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE

- 3.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de evolução para solução de hardware-software dedicada para proteção das comunicações através da internet (solução de segurança baseada em firewall).
- 3.2 Quanto à solução de firewall, hoje utiliza-se uma solução open source instalada em hardware genérico. Esta solução já foi amplamente validada pela instituição e se mostrou adequada às necessidades do IFSULDEMINAS. Diante disso, busca-se otimizar ainda mais o funcionamento desta solução e dar mais resiliência a este importante

item da rede de computadores adquirindo a licença enterprise que possui mais recursos comparada com a solução open source, além de vir instalada em um appliance (hardware) específico para a solução objetivando melhorar a performance em termos de segurança da informação.

3.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000003/2024;
- Data de publicação no PNCP: 19/05/2023;
- Id do item no PCA: 372;
- Classe/Grupo: 7050 - EQUIPAMENTOS DE REDE DE TIC - LOCAL E REMOTA;
- Identificador da Futura Contratação: 158137-90143/2024.

3.4 O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021 – 2023, prorrogado para 2023, do IFSULDEMINAS, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO DE TIC 2023 – 2026	
ID	Descrição
01	OBJ07 - Oferecer serviços, aplicações e infraestrutura que suportem os requisitos da instituição.

ALINHAMENTO AO PDTI 2023 – 2026	
ID	Descrição
01	ID 342 - Renovação do serviço do data center institucional (nuvem on premise) através da substituição e adição de equipamentos como servidores, switches e materiais de consumo como memórias e discos.
02	ID 343 - Renovação do serviço de rede da reitoria e eventual expansão através da substituição e adição de ativos e passivos de rede.

## Dos resultados e benefícios a serem alcançados

3.5 Objetiva-se os seguintes benefícios com a contratação:

- mitigar riscos de segurança;
- otimizar desempenho;
- possuir suporte especializado; e
- possibilitar alta disponibilidade.

## 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Requisitos de Negócio

4.1 Quanto à solução de firewall, hoje utiliza-se a solução PFsense open source, na versão Community Edition, instalada em hardware genérico. Esta solução já foi amplamente validada pela instituição e se mostrou adequada às necessidades do IFSULDEMINAS. Diante disso, busca-se otimizar ainda mais o funcionamento desta solução, adquirindo hardware projetado e homologado para executar o PFSense, objetivando maior resiliência a este importante item da rede de computadores adquirindo a licença enterprise que possui mais recursos comparada com

a solução open source, além de vir instalada em um appliance (hardware) específico para a solução objetivando melhorar a performance em termos de segurança da informação bem como ter acesso ao suporte técnico especializado.

4.2 Este item foi licitado com sucesso em 2023 tendo sido publicada a ata de registro de preços de número 67/2023. No entanto, ao solicitar o empenhamento constatou-se que a licitante se encontra impedida de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7º pelo motivo "Recusa em celebrar contrato". Por outro lado, não se sabe ainda se a nova lei de licitações permite chamar os demais colocados no pregão para análise e, se em conformidade, negociar o preço para aquele registrado na ARP.

#### **Requisitos de Capacitação**

4.3 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação. Serviços de instalação, de garantia e de suporte técnico, quando aplicáveis, estarão definidos nas respectivas especificações técnicas.

#### **Requisitos Legais**

4.4 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.5 Normas de certificações de produtos a serem observadas, quando aplicáveis, estarão definidos nas respectivas especificações técnicas.

#### **Requisitos de Manutenção**

4.6 Requisitos de manutenção e de suporte técnico, quando aplicáveis, estarão definidos nas respectivas especificações técnicas.

#### **Requisitos Temporais**

4.7 A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 60 dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), ou do envio da nota de empenho, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

#### **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.8 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.9 Para efeitos de entregas, bem como prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e garantia, estes quando aplicáveis no sítio da contratante, os funcionários deverão estar devidamente identificados.

#### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.10 Os funcionários da contratada ou seus prestadores de serviço deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.11 A contratada, seus funcionários ou prestadores de serviço, deverão, também, observar o regramento da Instrução Normativa SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.12 Quando aplicável, a contratada deverá realizar toda a logística reversa de sobras de materiais, bem como a destinação ambientalmente correta, com estrita observância dos requisitos legais.

#### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.13 Não se aplicam ao objeto desta contratação.

**Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.14 Não se aplicam ao objeto desta contratação.

**Requisitos de Implantação**

4.15 Os requisitos de implantação / instalação, quando aplicáveis, estarão definidos nas respectivas especificações técnicas.

**Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

4.16 O prazo de garantia encontra-se definido na respectiva especificação;

4.17 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.18 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.19 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.20 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.21 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.22 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

**Requisitos de Experiência Profissional**

4.23 Não se aplicam ao objeto desta contratação.

**Requisitos de Formação da Equipe**

4.24 Não se aplicam ao objeto desta contratação.

**Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.25 O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB), ou da nota de empenho, emitida pela Contratante e acompanhada da respectiva nota de empenho.

4.26 A OFB indicará o item, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.27 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento em horário comercial e 5 dias por semana de maneira eletrônica.

4.28 O nível de serviço exigido, quando diverso daquele determinado acima, constará da especificação do item.

4.29 O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

**Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.30 A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do objeto, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

**Da política de segurança da informação**

4.31 A contratada deverá apresentar, para efeitos de proposta, declaração de ciência da Política de Segurança da Informação da contratada, conforme modelo do Anexo I, que está disponível para acesso público no endereço <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/tic/orientacoesUASG> normativas no grupo de apresentação das resoluções do IFSULDEMINAS relacionadas a TI. Pode-se, também, baixar o arquivo em PDF através do links <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/Resolucao.050.2016.pdf>.

**Da propriedade intelectual**

4.32 Não se aplica ao objeto desta contratação.

**Da transferência de conhecimento**

4.33 Não se aplica ao objeto desta contratação

**Da proteção dos dados pessoais**

4.34 A CONTRATADA deverá executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

**Indicação de marcas ou modelos**

4.35 Conforme modelo de referência NETGATE 1541 BASE PFSense+ SECURITY GATEWAY, de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade, desde que homologado para PFSense.

**Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.36 Não se aplica ao objeto desta contratação.

**Da exigência de carta de solidariedade**

4.37 Não se aplica ao objeto desta contratação

**Da subcontratação**

4.38 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. A garantia do produto poderá ser prestada pelo fabricante.

**Da verificação de amostra do objeto**

4.39 Não se aplica ao objeto desta contratação.

**Da garantia da contratação**

4.40 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista tratar de produto comum conforme definição do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133 / 2021.

## 5 - DOS REQUISITOS TÉCNICOS

**Das especificações técnica****5.1 Das especificações do produto**

CATMAT: 481646	Tipo: material permanente
Descrição detalhada: appliance de firewall homologada para pfSense com as seguintes especificações mínimas:	

- Com comprovação de homologação para pfSense devendo constar no site <https://www.pfsense.org/products/>;
- Com o software pfSense Plus devidamente instalado e licenciado;
- Firewall tipo UTM e empresarial;
- Tamanho de 19 polegadas com 1U de altura;
- Processador igual ou superior ao Intel Xeon de 2.1GHz com 8 núcleos (16 threads) ou mais;
- Mínimo de 16GB de RAM;
- Armazenamento no mínimo de 500GB no tipo SSD M2;
- Led indicador de energia; Led indicador de armazenamento;
- Led indicador de atividade em rede; Led indicador de superaquecimento;
- Led com informações de temperatura e status;
- Múltiplas conexões WAN;
- 1x porta VGA; 1x porta IPMI; 1x porta serial rápida UART 16550;
- 2x portas USB 3.0; 1x slot PCI-E 3.0; 6x portas SATA 3;
- 2x portas 10 GBase-T; 2x portas 1 GBase-T; Expansível até 8 portas independentes;
- 1x porta Ethernet dedicada ao gerenciamento (IPMI);
- Suporte a 10 mil ACLs ou mais;
- Interface web de fácil gerenciamento;
- Até 16 milhões de conexões ativas;
- Quantidade de usuários, regras de firewall e túneis IPSEC ilimitada;
- Taxa de redirecionamento em camada 3 igual ou superior a 18 Gbps;
- Taxa de tráfego com filtragem de regras igual ou superior a 18Gbps;
- Serviço automático de backup criptografado da configuração;
- Flexibilidade para utilizar e instalar aplicações de terceiros;
- VPN (compatibilidade com OpenVPN); Bloqueador de propagandas;
- Portal de autenticação Wifi; Servidor DNS;
- Servidor DHCP; Proxy transparente; Bloqueador de IP baseado em país;
- IDS/IPS; Captura e inspeção de pacotes;
- Redirecionamento de portas; QoS e limitador de banda;
- Balanceador de carga (HAProxy); Monitoramento de tráfego;
- Registro de tráfego, estatísticas e gráficos;
- Limitador de tráfego; Suporte para redes virtuais (VLAN);
- Despertar via rede (WOL); Bloqueador de sites baseado em domínio, filtro de URL;
- Instalação fica sob responsabilidade do IFSULDEMINAS
- Suporte técnico em regime 5 dias por semana e 8 horas por dia (em dias úteis e em horário comercial);
- Garantia mínima de 1 ano.

**Modelo Referência:** NETGATE 1541 BASE PFSENSE+ SECURITY GATEWAY, de mesma equivalência técnica ou de melhor qualidade, desde que homologado para PFSense.

### Da homologação para PFSense

5.2 A exigência para que seja homologado para pfSense deve-se ao fato de que das 9 (nove) unidades do IFSULDEMINAS 8 (oito) utilizam amplamente o pfSense, inclusive a Reitoria, na versão Community Edition instalado em hardware não dedicado.

5.3 Ao longo de vários anos, os técnicos de tecnologia da informação da Instituição têm adquirido know how no uso da solução pfSense, expertise adquirida que não pode ser abandonada em função de eventual contratação de outra solução que além de relegar conhecimento relevante adquirido ao longo do tempo, implicaria em contratar serviços de treinamento e de instalação que onerariam a eventual aquisição de outra solução.

5.4 Complementando a solução do pfSense e visando mitigar riscos de segurança, otimizar desempenho e possuir suporte especializado, pretende-se adquirir o appliance pfSense enterprise, que é um hardware projetado e homologado para executar o pfSense e que possui suporte de uma empresa especializada no assunto.

### Das Certificações

5.5 Por tratar-se de produto importado, afasta-se a aplicabilidade das certificações exigidas no inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 2010 e exige-se que o produto seja homologado para as seguintes certificações de alcance mundial:

- FCC - Federal Communication Commission - regula as comunicações;
- CE - Requisitos de segurança, saúde e proteção ambiental da União Europeia;
- RoHS - Diretiva europeia que restringe o uso substâncias perigosas;
- UL - Underwriters Laboratories - laboratório americano independente dedicado à realização de testes de segurança.

## 6 - PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

### São obrigações da CONTRATANTE:

- 6.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 6.2 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 6.3 Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 6.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável;
- 6.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em lei;
- 6.6 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução do bem;
- 6.7 Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 6.8 Quando aplicável, prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

### São obrigações do CONTRATADO

- 6.9 Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução dos termos estabelecidos neste documento, notadamente quanto à prestação dos serviços de garantia e suporte técnico;
- 6.10 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do fornecimento, inerentes à execução do objeto;
- 6.11 Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da prestação do objeto, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução pela Contratante;
- 6.12 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do fornecimento pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 6.13 Manter, durante toda a vigência da garantia, as mesmas condições da habilitação;
- 6.14 Quando especificada, manter, durante a vigência da garantia, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para prestação do serviço de suporte técnico. Este requisito não se aplica se a garantia e suporte técnico forem prestados diretamente pela fabricante devendo esta observar estes requisitos;
- 6.15 Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a vigência da garantia;

## 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### Rotinas de Execução

- 7.1 Realização e homologação do pregão comum;
- 7.2 Emissão de nota de empenho;
- 7.3 Encaminhamento formal das ordens de fornecimento de bens (nota de empenho) e notificação de entrega;
- 7.4 Emissão de nota fiscal e entrega dos bens;
- 7.5 Recebimento e aceitação provisória e definitiva;
- 7.6 Atesto e emissão de processo para patrimoniar, quando for o caso, liquidar e pagar a nota fiscal;
- 7.7 Observação e acompanhamento dos requisitos de garantia, manutenção e suporte.

### Encaminhamento formal de demandas

- 7.8 O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens contratados.
- 7.9 O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações de acordo com a proposta aceita e homologada e quantidades definidas na OFB.
- 7.10 O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

### Condições de Entrega

- 7.11 A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 60 dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), ou do envio da nota de empenho, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;
- 7.12 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;
- 7.13 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Vicente Simões, 1.111, Bairro Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre, MG.

### Formas de transferência de conhecimento

- 7.14 Não se aplica ao objeto desta contratação.

### Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 7.15 Não aplicam ao objeto desta contratação.

### Mecanismos formais de comunicação

- 7.16 São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes: Ordem de Fornecimento de Bens;

- Ata de Reunião;
- Ofício;
- Sistema de abertura de chamados;
- E-mails e Cartas.

### Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

- 7.17 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

## 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### Do contrato



8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.1 O Contrato será substituído pela Nota de Empenho, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021;

8.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Reunião Inicial**

8.4 Não se aplica ao objeto desta contratação.

#### **Fiscalização**

8.5 A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contratante, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

#### **Fiscalização Técnica**

8.6 O fiscal técnico, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste documento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.7 O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.8 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.9 O fiscal técnico informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

8.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

#### **Fiscalização Administrativa**

8.11 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.12 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do Contrato**

8.13 O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações;

8.14 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.15 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.16 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.17 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de

responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.18 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

### **Critérios de Aceitação**

8.19 A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

8.20 Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

8.21 Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisas, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

8.22 Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

8.23 O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

8.24 Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

8.25 Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

8.26 Quando aplicável, todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

8.27 A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

8.28 Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.29 Conferência de quantidade, marca, modelo e números de série;

8.30 Verificação do registro de garantia no site do fabricante;

8.31 Verificação, por amostragem se for o caso, das configurações em função das especificações;

8.32 Verificação das certificações exigidas, por amostragem se for o caso;

8.33 Colocação em funcionamento, por amostragem se for o caso;

8.34 Testes operacionais, por amostragem se for o caso;

8.35 Emissão de termo de aceitação ou de recusa e, neste caso, com a devida justificativa e providências necessárias.

### **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**

8.36 Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – Indicador de atraso da entrega	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega
Meta a cumprir	IEA <= 0
Instrumento de medição	Ordem de fornecimento de bem (OFB) e termo de aceitação provisório
Forma de acompanhamento	Tempo decorrido entre a data de emissão da OFB e data de véspera da entrega efetiva
Periodicidade	Uma única vez
Mecanismo de cálculo	<p>IAE = TEX – TEST, onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução conforme forma de acompanhamento.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico quando do aceite provisório. Havendo recusa da entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação definitiva.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB.</p>
Observações	Serão utilizados dias corridos na medição. Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos.
Faixa de ajustes	<p>IAE &lt;= a 0, pagamento integral da OFB;</p> <p>IEA de 1 a 5 - glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>IEA acima de 5 - glosa de 5% sobre o valor da OFB.</p>

#### Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.37 Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do objeto, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de e dias úteis.	Multa de 0,1% sobre o valor total da OFB por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á multa de 1% do valor total do empenho.
2		

...	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Glosa de 0,1666% sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 1 a 5.
		Glosa de 5% sobre o valor da OFB para valores do indicador IAE maior que 5.
		Multa de 10% sobre o valor da OFB, para valores do indicador IAE maiores que 10.
		Para IAE maior que 15 será considerada inexecução contratual e será aplicada multa de 15% sobre o valor do empenho.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10 % do valor OFB.

## 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento do Objeto

9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias corridos, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 dias úteis.

9.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no

que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

9.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.10 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados da nota de empenho e do órgão Contratante;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.13 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.17 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

9.19 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INCP de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

9.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.24 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.25 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

9.26 A presente contratação não permite.

#### **Cessão de crédito**

9.27 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.28 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.29 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.30 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

9.31 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **10 - SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO TRADICIONAL, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2 O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário.

#### **Da Aplicação da Margem de Preferência**

10.3 Aplica-se a margem de preferência se o bem objeto da contratação se enquadrar na legislação vigente.

10.3.1 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

#### **Exigências de habilitação**

10.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa

individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico - Financeira**

10.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.27 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como

microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial. (Art. 3º do Decreto nº 8.538 /2015 e Art. 70, III da Lei nº 14.133/2021).

### **Qualificação Técnica**

10.28 Comprovação de conformidade, quando aplicável, de todas regulamentações, certificações e homologações dos produtos demandados e conforme requisitos de especificações do item 5;

10.29 Fornecer todos os dados para que os serviços de garantia, manutenção e suporte possam ser efetivamente prestados assim como todas as condições correlacionadas como, por exemplo, o acordo de nível de serviço e as condições para substituição, observando as especificações do item 5, quando aplicável.

10.30 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de ao menos uma certidão ou atestado, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.31 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

10.32 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

## **11 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1 O custo estimado total da contratação, de acordo com pesquisa de preços realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65/2021 é de R\$ 84.629,86 (oitenta e quatro mil, seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos).

## **12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **Do orçamento**

12.1 Os dados orçamentários são como seguem:

- Fonte 10500000000;
- Programa de Trabalho 12363511220RL0031;
- Elemento de Despesa: 44905237;
- PI: V20RLP60MPN.

### **Cronograma Físico Financeiro**

12.2 O empenho será do tipo ordinário com desembolso total do valor da contratação após entrega do bem, aceitação provisórios, realização de testes e aceitação definitiva.

## **13 - DA PROPOSTA**

### **Da proposta**

13.1 A proposta comercial da licitante deverá conter, além de requisitos determinados no edital:

- Indicação do item para o qual foi feita a proposta;
- Indicação da marca, fabricante, modelo e código comercial do produto ofertado;
- Especificação do produto ofertado acompanhado;
- Prospectos / catálogos dos produtos ofertados preferencialmente em idioma português, que possibilitem a comprovação das especificações técnicas exigidas, também, neste projeto. Caso os prospectos técnicos não sejam suficientes para comprovar todas as exigências, a empresa a ser contratada poderá apresentar declaração do fabricante que ateste o atendimento dos requisitos especificados no Item 05. A falta dessa comprovação ea insuficiência dos prospectos / catálogos implicará na desclassificação;
- Declaração, conforme modelo do Anexo I, de ciência da Política de Segurança da Informação da contratada que está disponível para acesso público no endereço <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/tic>



/orientacoes-normativas no grupo de apresentação das resoluções do IFSULDEMINAS relacionadas a TI.  
Pode-se baixar o arquivo em PDF a partir do link <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/Resolucao>.

#### **Dos aspectos técnicos da seleção do fornecedor**

13.2 O julgamento de cada proposta de fornecimento, após a fase de lance, será feita em função dos requisitos técnicos especificados no Item 05, confrontados com as informações da proposta conforme requisitos do item 13.1. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, será exigido que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local indicado e dentro do prazo de 15 dias corridos.

#### **Da Garantia contratual**

13.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista tratar de produto comum conforme definição do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133 / 2021.

#### **Do local de entrega**

13.4 Os bens deverão ser entregues na Av. Vicente Simões, 1111, Bairro Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre, Minas Gerais.

## **1. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JAIME DONIZETE BONAMICHI**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/04/2024 às 10:48:01.

**MARCIO FELICIANO DO PRADO**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/04/2024 às 14:18:39.

**FERNANDO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 09/04/2024 às 09:41:38.

**RAMON GUSTAVO TEODORO MARQUES DA SILVA**

Diretor de TI



*Assinou eletronicamente em 03/04/2024 às 11:55:14.*

**CLEBER AVILA BARBOSA**

Reitor



*Assinou eletronicamente em 03/04/2024 às 10:58:16.*

**FABRICIO DA SILVA FARIA**

Pró Reitor Substituto de Administração



*Assinou eletronicamente em 03/04/2024 às 10:53:00.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I declaracao de ciencia da politica de seguranca da informacao.pdf (415.61 KB)

**Anexo I - Anexo I declaracao de ciencia da politica de  
seguranca da informacao.pdf**

**Anexo I – Declaração de ciência da política de segurança da informação**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90003/2024**

**Processo: 23343.000982.2024-30**

(RAZÃO SOCIAL)....., sediada (ENDEREÇO COMPLETO)....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº..... declara, sob as penas da lei, que tem ciência da Política de Segurança da Informação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, conforme consulta feita ao endereço eletrônico de acesso público <https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/tic/orientacoes-normativas>, no grupo de apresentação das resoluções do IFSULDEMINAS relacionadas a TI.

LOCAL, DATA

.....

(nome e número da identidade do declarante)

Observações: Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante.